STJ00104534

ROGÉRIO GRECO

DIREITO PENAL DO EQUILÍBRIO

Uma Visão Minimalista do Direito Penal

10ª edição
Revista e atualizada até 1º de junho de 2017

EDITORA IMPETUS
Niterói, RJ
2017

STJ00104534

© 2017, Editora Impetus Ltda.

Editora Impetus Ltda.
Rua Alexandre Moura, 51 – Gragoatá – Niterói – RJ
CEP: 24210-200 – Telefax: (21) 2621-7007

CONSELHO EDITORIAL
ANA PAULA CALDEIRA • BENJAMIN CESAR DE AZEVEDO COSTA
ED LUIZ FERRARI • EUGÊNIO ROSA DE ARAÚJO
FÁBIO ZAMBITTE IBRAHIM • FERNANDA PONTES PIMENTEL
IZEQUIAS ESTEVAM DOS SANTOS • MARCELO LEONARDO TAVARES
RENATO MONTEIRO DE AQUINO • ROGÉRIO GRECO
VITOR MARCELO ARANHA AFONSO RODRIGUES • WILLIAM DOUGLAS

PROJETO GRÁFICO: EDITORA IMPETUS LTDA.
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: EDITORA IMPETUS LTDA.
CAPA: WILSON COTRIM.
REVISÃO DE PORTUGUÊS: C&C CRIAÇÕES E TEXTOS LTDA.
IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO: EDITORA E GRÁFICA VOZES LTDA.

G829d

Greco, Rogério.

Direito Penal do Equilíbrio: uma visão minimalista do Direito Penal / Rogério Greco. 10ª ed. – Niterói, RJ: Impetus, 2017.

212 p. ; 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-7626-935-9

1. Direito Penal – Brasil. Título. II. Série.

CDD: 345.81

O autor é seu professor; respeite-o: não faça cópia ilegal.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução, salvo pequenos trechos, mencionando-se a fonte. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime (art. 184 do Código Penal). Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20/12/1907.

A Editora Impetus informa que quaisquer vícios do produto concernentes aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas, às referências, à originalidade e à atualização da obra são de total responsabilidade do autor/atualizador.

www.impetus.com.br

1098757

STJ00104534

SUMÁRIO

Capítulo 1 – Introdução **1**

Capítulo 2 – Abolicionismo, Direito Penal Mínimo e Movimento de Lei e Ordem **5**

2.1. O Abolicionismo 5

2.2. O Movimento de Lei e Ordem 12

2.2.1. *Fixing broken windows* (Consertando as janelas quebradas) *e Three strikes and you're out* 18

2.2.2. Direito penal de emergência 21

2.2.3. Direito penal do inimigo 23

2.3. O Direito Penal Mínimo 30

2.4. O Direito Penal Moderno 36

Capítulo 3 – Enfoques Criminológicos **37**

3.1. Introdução 37

3.2. Principais Áreas de Estudo do Criminólogo 38

3.3. Teorias Criminológicas 41

3.3.1. Teoria do delito como eleição 41

3.3.2. Teorias das influências 43

3.3.3. As predisposições agressivas 46

3.3.4. O aprendizado da delinquência 48

3.3.5. Teoria do etiquetamento *(labeling approach)* 48

3.3.6. Bullying 50

3.4. Conclusão 53

Capítulo 4 – Síndrome da Mulher de Potifar, Síndrome de Estocolmo e Síndrome de Londres **55**

4.1. Síndrome da Mulher de Potifar 55

4.2. Síndrome de Estocolmo 58

4.3. Síndrome de Londres 60

Capítulo 5 – Conceito de Princípios **61**

5.1. O Caráter Normativo dos Princípios 64

Capítulo 6 – Princípios Fundamentais do Direito Penal do Equilíbrio **69**

6.1. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana 69

6.1.1. A concepção normativa da dignidade da pessoa humana 71

6.1.2. O desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana pelo próprio Estado 74

6.1.3. A relativização do princípio da dignidade da pessoa humana 75

6.2. Princípio da Intervenção Mínima 76

6.2.1. Teoria do bem jurídico como fundamento da intervenção mínima 78

6.2.1.1. O critério de seleção dos bens jurídico-penais e a criação típica 80

6.2.2. Da natureza subsidiária do Direito Penal 87

6.3. Princípio da Lesividade 91

6.4. Princípio da Adequação Social 97

6.5. Princípio da Insignificância 100

6.5.1. Origem e natureza jurídica do princípio da insignificância 101

6.5.2. O Princípio da insignificância nos Tribunais Superiores 107

6.6. Princípio da Individualização da Pena 107

6.7. Princípio da Proporcionalidade 113

6.7.1. Proibição de excesso e proibição de proteção deficiente 116

6.7.2. A pena necessária 117

6.7.3. A pena suficiente 121

6.8. Princípio da Responsabilidade Pessoal 123

6.9. Princípio da Limitação das Penas 127

6.9.1. Da pena de morte 129

6.9.2. Da pena de caráter perpétuo 131

6.9.3. Da pena de trabalhos forçados 132

6.9.4. Da pena de banimento 134

6.9.5. Das penas cruéis 135

6.10. Princípio da Culpabilidade 137

6.11. Princípio da Legalidade 143

6.11.1. *Nullum crimen nulla poena sine lege praevia* 146

6.11.2. *Nullum crimen nulla poena sine lege scripta* 148

6.11.3. *Nullum crimen nulla poena sine lege stricta* 149

6.11.4. *Nullum crimen nulla poena sine lege certa* 153

Capítulo 7 – A Seletividade do Direito Penal **157**

Capítulo 8 – Implementação das Finalidades Sociais do Estado Como Fator Inibidor da Prática de Infrações Penais **163**

Capítulo 9 – A Ideia da Ressocialização **169**

9.1. A Ressocialização sob o enfoque do Direito Penal do Equilíbrio 174

Capítulo 10 – Conclusão **179**

Referências **183**

Índice Remissivo **189**